



PODER JUDICIÁRIO

# DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Nº: 217/2019

Divulgação: sexta-feira, 04 de outubro

Publicação: segunda-feira, 07 de outubro

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Praça dos Três Poderes  
Brasília - DF  
CEP: 70175-900  
Telefone: (61) 3217-3000  
[www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br)

Ministro Dias Toffoli  
Presidente

Ministro Luiz Fux  
Vice-Presidente

Eduardo Silva Toledo  
Diretor-Geral

©2019

## PRESIDÊNCIA

### PORTARIA Nº 319 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019

Constitui Grupo de Trabalho para acompanhar o desenvolvimento do Módulo de Jurisdição Extraordinária.

**O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,** no uso de suas atribuições legais e regimentais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Constituir grupo de trabalho para acompanhar o desenvolvimento do Módulo de Jurisdição Extraordinária (MJE).

Art. 2º O grupo de trabalho será composto pelos seguintes membros:

I – o Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal, que o coordenará;

II – dois representantes de negócio e um representante de tecnologia dos seguintes órgãos:

- Supremo Tribunal Federal;
- Superior Tribunal de Justiça;
- Conselho Nacional de Justiça;

III – um representante de negócio e um representante de tecnologia das seguintes instituições, caso tenham interesse:

- do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- do Ministério Público da União;
- da Advocacia-Geral da União;
- da Defensoria Pública da União.

§ 1º Compete ao grupo de trabalho sugerir soluções e acompanhar o desenvolvimento do MJE.

§ 2º Serão selecionados cinco tribunais para colaborar no desenvolvimento do MJE.

Art. 3º O MJE será desenvolvido tendo como parâmetro o Processo Judicial eletrônico (PJe) e deverá atender aos seguintes objetivos:

I – uniformizar o peticionamento dos recursos extraordinário (RE) e especial (REsp) em todo o território nacional;

II – automatizar os elementos de identificação processual para fins de cadastro nos sistemas do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ);

III – automatizar a identificação de requisitos processuais objetivos;

IV – otimizar o trabalho dos servidores na análise prévia do primeiro e do segundo exames de admissibilidade recursal;

V – viabilizar a integração de cem por cento dos tribunais que utilizam o PJe com os sistemas do STF e do STJ, de modo a extinguir as limitações tecnológicas atualmente existentes para o tráfego de informações e peças processuais entre as instâncias ordinárias e extraordinárias;

VI – fazer a integração com o Escritório Digital.

§ 1º Caberá aos tribunais que não utilizam o PJe a responsabilidade de desenvolver soluções de integração ao MJE.

§ 2º O desenvolvimento do MJE se dará por meio de contratação de encomenda tecnológica, nos termos do 24, inc. XXXI, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, do art. 20 da Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004 e da Seção V do Capítulo IV do Decreto 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

Art. 4º As despesas com o desenvolvimento do MJE correrão às custas do STF.

Parágrafo único. As despesas com transporte e diárias dos membros do grupo de trabalho, quando necessárias, correrão à conta do órgão a que estiverem vinculados.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

#### DISTRIBUIÇÃO

Ata da Ducentésima Vigésima Oitava Distribuição realizada em 28 de setembro de 2019.

Foram distribuídos os seguintes feitos, pelo sistema de processamento de dados:

#### **HABEAS CORPUS 176.319** (1)

ORIGEM : 176319 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
PROCED. : SÃO PAULO  
**RELATOR** : **MIN. CELSO DE MELLO**  
PACTE.(S) : JASON PAULO DE OLIVEIRA  
PACTE.(S) : SIMON NAJIB ANTONIOS  
IMPTE.(S) : DANILO DIAS TICAMI (302617/SP) E OUTRO(A/S)  
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 535.719 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MINISTRO	DISTR	REDIST	TOT
MIN. CELSO DE MELLO	1	0	1
TOTAL	1	0	1

Nada mais havendo, foi encerrada a presente Ata de Distribuição.  
**ANTONIO JULIANO DE SOUZA**, Coordenador de Processamento Inicial,  
**PATRICIA PEREIRA DE MOURA MARTINS**, Secretário(a) Judiciário(a).  
Brasília, 28 de setembro de 2019.

#### PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DA PRESIDÊNCIA